BALANÇO PATRIMONIAL 2020

COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DO VALE DO RIO DOCE LTDA • SICOOB CREDIRIODOCE

DATA DA CONSTITUIÇÃO: 24 de Outubro de 1988
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES: 16 de maio de 1989
AUTORIZAÇÃO BACEN: 44.9437/88

REGISTRO NA JUCEMG: 31400003690 de 13 de Fevereiro de 1989
CNPJ.: 25.606.237/0001-41

REGISTRO NA OCEMG/OCB: 697 de 11 de Setembro de 1989
DATA DE AUTORIZAÇÃO DA LIVRE ADMISSÃO: 23 de Novembro de 2005

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020 da COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DO VALE DO RIO DOCE LTDA. - SICOOB CREDIRIODOCE na forma da Legislação em vigor.

1. POLÍTICA OPERACIONAL

Em 2020 o SICOOB CREDIRIODOCE completou 31 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2020, o SICOOB CREDIRIODOCE obteve um resultado antes das destinações e tributos de R$ 9.118.819,47 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 15,95%.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	VAR.
Resultado Antes da Tributação e Participações	**9.118.819,47**	**2.904.338,11**	**214%**
Imposto de Rendas	(595.451,44)	(625.387,57)	
Contribuição Social	(378.171,42)	(388.824,35)	
Participações nos Resultados de Empregados	(557.832,97)	-	
Sobras/Perdas Antes das Destinações	**7.587.363,64**	**1.890.126,19**	**301%**
Destinações Legais e Estatutárias	(5.329.585,49)	(1.512.100,95)	
FATES	(666.198,19)	(189.012,62)	
Reserva Legal	(4.663.387,30)	(1.323.088,33)	
Resultado Antes dos Juros ao Capital	**2.257.778,15**	**378.025,24**	
Juros ao Capital	(925.381,79)	-	
Sobras/Perdas Líquidas a DISPOSIÇÃO DA AGO	**1.332.396,36**	**378.025,24**	**252%**

3. ATIVOS

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R$ 181.449.915,90. Por sua vez a carteira de créditos representava R$ 232.457.531,81.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	48.440.267,44	20,84%
Carteira Comercial	184.017.264,37	79,16%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 18,42% da carteira, no montante de R$ 42.817.468,78.

4. CAPTAÇÃO

As captações, no total de R$ 341.591.014,01, apresentaram uma evolução de 61,55% em relação a dezembro de 2019.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	150.898.006,89	44,18%
Depósitos a Prazo	177.461.535,22	51,95%
LCA	13.231.471,90	3,87%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 15,74% da captação, no montante de R$ 53.750.556,31.

5. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDIRIODOCE era de R$ 51.977.564,12. O quadro de associados era composto por 20.580 cooperados, havendo um acréscimo de 7,42% em relação a dezembro de 2019.

6. POLÍTICA DE CRÉDITO

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDIRIODOCE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN n° 2.682/99, havendo uma concentração de 92,07% nos níveis de "AA" a "C".

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, representados pelos delegados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda uma área de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, conforme previsto na resolução 4606/17. Essa diretoria visa acompanhar a aderência aos normativos vigentes, seja interno e/ou sistêmico (Sicoob Central Crediminas e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. CONSELHO FISCAL

Eleito na Assembleia Geralda Ordinária (AGO) de 2019, com mandato até 2021, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. CÓDIGO DE ÉTICA

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIRIODOCE aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. SISTEMA DE OUVIDORIA

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a Ouvidoria do SICOOB CREDIRIODOCE registrou 68 (sessenta e oito) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, haviam reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 68 (sessenta e oito) reclamações, 23 (vinte e três) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente .

11. FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO - FGCOOP

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução n° 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2° da Resolução/CMN n° 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4° do art. 3° da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Governador Valadares (MG), 26 de janeiro de 2021.

COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DO VALE DO RIO DOCE LTDA. - SICOOB CREDIRIODOCE

Cantídio Carlos França Ferreira
Presidente do Conselho de Administração

Décio Chaves Rodrigues
Vice Presidente do Conselho de Administração

Emília Maria França de Lima Machado
Conselheira de Administração

Fernando Luiz Monteiro
Conselheiro de Administração

Fernando Luiz Pardini Alhais
Conselheiro de Administração

Geraldo Antônio Birro Costa
Conselheiro de Administração

Marcelo Caldeira Teixeira
Conselheiro de Administração

Paulo Roberto Fontes
Conselheiro de Administração

Euler Fernandes Júnior
Diretor Administrativo-Operacional

Kelen Mendes Vória
Diretora de Gestão de Riscos

Silas Dias Costa Júnior
Diretor de Negócios

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 EM REAIS

Descrição	Nota	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		**437.204.239,30**	**312.280.470,77**
Circulante		**288.093.068,30**	**211.784.531,43**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**4**	**184.157.266,08**	**136.693.040,73**
Disponibilidades		2.707.350,18	2.823.857,06
Centralização Financeira - Cooperativas		181.449.915,90	133.869.183,67
Operações de Crédito	**5**	**93.446.968,52**	**68.877.808,37**
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		52.067.525,19	52.202.989,69
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(3.297.581,86)	(8.508.193,19)
Financiamentos		19.875.255,45	9.824.591,49
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(402.285,61)	(187.546,93)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		25.578.153,43	16.055.569,58
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(374.098,08)	(509.602,27)
Outros Créditos	**6**	**1.174.374,81**	**1.466.488,71**
Créditos por Avais e Fianças Honradas		449.685,06	582.771,83
Rendas a Receber		340.798,26	556.020,52
Diversos		741.032,41	719.925,91
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		25.934,79	25.769,93
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(383.075,71)	(417.999,48)
Outros Valores e Bens	**7**	**9.314.458,89**	**4.747.193,62**
Outros Valores e Bens		9.229.111,20	4.655.465,20
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens		(193.529,32)	(184.648,07)
Despesas Antecipadas		278.877,01	276.376,49
Não Circulante		**149.111.171,00**	**100.495.939,34**
Realizável a Longo Prazo		**133.873.406,07**	**85.722.971,88**
Operações de Crédito	**5**	**130.993.348,48**	**82.927.031,95**
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		56.453.301,87	42.761.416,82
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(2.831.014,88)	(6.898.265,51)
Financiamentos		55.621.181,86	24.506.599,78
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(931.156,84)	(405.358,41)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		22.862.114,01	23.172.919,99
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(181.077,54)	(210.280,72)
Outros Créditos	**6**	**2.880.057,59**	**2.795.939,93**
Devedores por Depósitos em Garantia		2.880.057,59	2.795.939,93
Permanente		**15.237.764,93**	**14.772.967,46**
Investimentos	**8**	**9.310.623,01**	**8.933.509,87**
Participação em Cooperativa Central de Crédito		9.164.988,52	8.787.875,38
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		136.893,49	136.893,49
Outros investimentos		8.741,00	8.741,00
Imobilizado de Uso	**9**	**5.927.141,92**	**5.839.457,59**
Imobilizado de Uso		12.770.756,92	11.827.015,76

BALANÇO PATRIMONIAL 2020

COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DO VALE DO RIO DOCE LTDA • SICOOB CREDIRIODOCE

SICOOB Crediriodoce

(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(6.843.615,00)	(5.987.558,17)
Ativos Intangíveis		-	3.226,00
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		-	(3.226,00)
Total do Ativo		**437.204.239,30**	**312.280.470,77**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 EM REAIS

Descrição	Nota	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO		**380.026.033,12**	**260.294.026,69**
Circulante		**363.193.243,41**	**225.308.447,38**
Depósitos	**10**	**328.359.542,11**	**197.846.012,26**
Depósitos à Vista		150.898.006,89	71.969.908,70
Depósitos Sob Aviso		756.373,12	812.845,99
Depósitos à Prazo		176.705.162,10	125.063.257,57
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	**11**	**2.763.585,19**	**2.273.970,14**
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio		2.763.585,19	2.273.970,14
Relações Interfinanceiras		**20.134.205,96**	**14.969.006,21**
Repasses Interfinanceiros	**12**	20.133.623,50	14.968.608,88
Correspondente no País		582,46	397,33
Relações Interdependências	**13**	**1.944.793,84**	**3.037.906,42**
Recursos em Trânsito de Terceiros		1.944.793,84	3.037.906,42
Outras Obrigações	**14**	**9.991.116,31**	**7.181.552,35**
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		46.020,59	110.518,36
Sociais e Estatutárias		4.597.318,59	2.621.408,56
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		886.760,29	770.487,86
Diversas		4.461.016,84	3.679.137,57
Não Circulante		**16.832.789,71**	**34.985.579,31**
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	**11**	**10.467.886,71**	**11.330.524,30**
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		10.467.886,71	11.330.524,30
Relações Interfinanceiras	**12**	**3.574.534,79**	**20.857.720,82**
Repasses Interfinanceiros		3.574.534,79	20.857.720,82
Outras Obrigações	**14**	**2.785.087,87**	**2.782.040,09**
Provisões Trabalhistas, Ficais e Cíveis		2.732.365,80	2.722.693,28
Diversas		52.722,07	59.346,81
Receita de Exercício Futuros		**5.280,34**	**15.294,10**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**16**	**57.178.206,18**	**51.986.444,08**
Capital Social		**33.361.948,24**	**34.165.969,80**
De Domiciliados No País		33.515.688,24	34.479.397,13
(-) Capital A Realizar		(153.740,00)	(313.427,33)
Reserva de Sobras		**22.483.861,58**	**17.442.449,04**
Sobras ou Perdas Acumuladas		**1.332.396,36**	**378.025,24**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**437.204.239,30**	**312.280.470,77**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 REAIS

Descrição	Nota	2° Sem 2020	31/12/2020	2° Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		**16.127.047,47**	**32.322.929,48**	**17.815.321,79**	**35.215.349,93**
Operações de Crédito		14.358.006,61	28.067.966,02	13.884.212,27	26.899.394,45
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.769.040,86	4.254.963,46	3.931.109,52	8.315.955,48
Dispêndio da Intermediação Financeira		**(4.749.508,12)**	**(10.732.931,71)**	**(10.266.454,64)**	**(19.855.972,09)**
Operações de Captação no Mercado		(1.967.348,40)	(4.550.694,73)	(3.989.822,56)	(8.280.157,28)
Operações de Empréstimos e Repasses		(844.985,41)	(1.867.561,71)	(1.077.051,37)	(2.297.125,79)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(1.937.174,31)	(4.314.675,27)	(5.199.580,71)	(9.278.689,02)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**11.377.539,35**	**21.589.997,77**	**7.548.867,15**	**15.359.377,84**
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		**(6.085.488,98)**	**(12.264.272,27)**	**(6.415.620,58)**	**(12.535.589,50)**
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço		4.232.577,65	7.994.484,37	3.612.402,85	6.666.972,83
Rendas (Ingressos) de Tarifas		3.169.812,61	6.282.456,04	3.158.717,44	6.198.047,06
Despesa (Dispêndios) de Pessoal		(8.107.405,34)	(15.523.585,80)	(7.464.308,95)	(14.753.932,42)
Despesas (Dispêndios) Administrativas		(5.923.150,51)	(12.581.836,17)	(6.270.813,53)	(12.124.498,66)
Despesas(Dispêndios) Tributárias		(357.710,39)	(699.487,47)	(319.923,31)	(607.385,05)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	**19**	2.088.934,39	4.558.707,50	2.524.084,78	5.118.050,24
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	**20**	(764.841,51)	(1.590.349,40)	(1.238.411,72)	(2.322.803,96)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes		(94.270,05)	(167.163,40)	(206.735,78)	(262.145,66)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		(329.435,83)	(537.497,94)	(210.632,36)	(447.893,88)
Resultado Operacional		**5.292.050,37**	**9.325.725,50**	**1.133.246,57**	**2.823.788,34**
Outras Receitas e Despesas	**21**	**18.351,18**	**(206.906,03)**	**40.040,59**	**80.549,77**
Lucros em Transações com Valores e Bens		134.692,58	242.308,00	3.262,00	66.725,00
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(4.249,26)	(4.979,36)	-	-
Outras Receitas		13.470,40	27.908,51	70.587,34	134.321,96
Outras Despesas		(139.501,66)	(413.261,93)	(24.960,68)	(111.649,12)
Outras Despesas/Receitas de Provisões		13.939,12	(58.881,25)	(8.848,07)	(8.848,07)
Resultado Antes da Tributação e Participações		**5.310.401,55**	**9.118.819,47**	**1.173.287,16**	**2.904.338,11**
Imposto de Rendas		(330.538,35)	(595.451,44)	(357.174,91)	(625.387,57)
Contribuição Social		(208.500,71)	(378.171,42)	(205.171,50)	(388.824,35)
Participações nos Resultados de Empregados		(244.973,10)	(557.832,97)	-	-
Sobras/Perdas Antes das Destinações		**4.526.389,39**	**7.587.363,64**	**610.940,75**	**1.890.126,19**
Destinações Legais e Estatutárias		**-**	**(5.329.585,49)**	**-**	**(1.512.100,95)**
FATES		-	(666.198,19)	-	(189.012,62)
Reserva Legal		-	(4.663.387,30)	-	(1.323.088,33)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		**4.526.389,39**	**2.257.778,15**	**610.940,75**	**378.025,24**
Juros ao Capital		(511.469,07)	(925.381,79)	-	-
Sobras/Perdas Líquidas		**4.014.920,32**	**1.332.396,36**	**610.940,75**	**378.025,24**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 EM REAIS

DRA	Nota	2° Sem 2020	31/12/2020	2° Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		**4.014.920,32**	**1.332.396,36**	**610.940,75**	**378.025,24**
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		**4.014.920,32**	**1.332.396,36**	**610.940,75**	**378.025,24**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 EM REAIS

Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal		
Saldo em 31/12/2018	**35.550.968,52**	**(376.536,14)**	**16.119.360,71**	**940.069,51**	**52.233.862,60**
Destinações de Sobras Exercício Anterior:					
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	(795.779,94)	(795.779,94)
Ao Capital	144.289,57	-	-	(144.289,57)	-
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	1.068.660,40	63.108,81	-	-	1.131.769,21
Por Devolução (-)	(2.284.471,36)	-	-	-	(2.284.471,36)
Estorno de Capital	(50,00)	-	-	-	(50,00)
Sobras ou Perdas Brutas	**-**	**-**	**-**	**1.890.126,19**	**1.890.126,19**
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
Fundo de Reserva	-	-	1.323.088,33	(1.323.088,33)	-
F A T E S	-	-	-	(189.012,62)	(189.012,62)
Saldo em 31/12/2019	**34.479.397,13**	**(313.427,33)**	**17.442.449,04**	**378.025,24**	**51.986.444,08**
Destinações de Sobras Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas	-	-	378.025,24	(378.025,24)	-
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	604.042,48	159.687,33	-	-	763.729,81
Por Devolução (-)	(2.457.746,99)	-	-	-	(2.457.746,99)
Estorno de Capital	(4.191,00)	-	-	-	(4.191,00)
Sobras ou Perdas Brutas	**-**	**-**	**-**	**7.587.363,64**	**7.587.363,64**
Remuneração de Juros ao Capital:					
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(925.381,79)	(925.381,79)
Juros ao Capital	896.462,34	-	-	-	896.462,34
IRRF sobre Juros ao Capital	(2.275,72)	-	-	-	(2.275,72)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
Fundo de Reserva	-	-	4.663.387,30	(4.663.387,30)	-
F A T E S	-	-	-	(666.198,19)	(666.198,19)
Saldo em 31/12/2020	**33.515.688,24**	**(153.740,00)**	**22.483.861,58**	**1.332.396,36**	**57.178.206,18**
Saldo em 30/06/2019	**34.881.379,75**	**(412.051,99)**	**16.119.360,71**	**1.279.185,44**	**51.867.873,91**
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	458.521,98	98.624,66	-	-	557.146,64
Por Devolução (-)	(860.454,60)	-	-	-	(860.454,60)
Estorno de Capital	(50,00)	-	-	-	(50,00)
Sobras ou Perdas Brutas	**-**	**-**	**-**	**610.940,75**	**610.940,75**
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
Fundo de Reserva	-	-	1.323.088,33	(1.323.088,33)	-
F A T E S	-	-	-	(189.012,62)	(189.012,62)
Saldo em 31/12/2019	**34.479.397,13**	**(313.427,33)**	**17.442.449,04**	**378.025,24**	**51.986.444,08**
Saldo em 30/06/2020	**33.670.931,16**	**(231.711,58)**	**17.820.474,28**	**2.647.061,53**	**53.906.755,39**
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	269.845,76	77.971,58	-	-	347.817,34
Por Devolução (-)	(1.315.125,30)	-	-	-	(1.315.125,30)
Estorno de Capital	(4.150,00)	-	-	-	(4.150,00)
Sobras ou Perdas Brutas	**-**	**-**	**-**	**4.526.389,39**	**4.526.389,39**
Remuneração de Juros ao Capital:					
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(511.469,07)	(511.469,07)
Juros ao Capital	896.462,34	-	-	-	896.462,34
IRRF sobre Juros ao Capital	(2.275,72)	-	-	-	(2.275,72)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
Fundo de Reserva	-	-	4.663.387,30	(4.663.387,30)	-
F A T E S	-	-	-	(666.198,19)	(666.198,19)
Saldo em 31/12/2020	**33.515.688,24**	**(153.740,00)**	**22.483.861,58**	**1.332.396,36**	**57.178.206,18**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 EM REAIS

DESCRIÇÃO	2° Sem 2020	31/12/2020	2° Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas do Período	**4.526.389,39**	**7.587.363,64**	**610.940,75**	**1.890.126,19**
Juros ao Capital Recebido	(243.828,84)	(243.828,84)	(298.035,61)	(298.035,61)
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(360.639,20)	-	(326.053,04)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	1.937.174,31	4.314.675,27	5.199.580,71	9.278.689,02
Provisão de Juros ao Capital	(511.469,07)	(925.381,79)	-	-
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	329.435,83	537.497,94	210.632,36	447.893,88
Provisão/Reversão para desvalorização de outros valores e bens	13.939,12	(58.881,25)	(8.848,07)	(8.848,07)
Provisão/Reversão com Passivos Contingentes	(46.908,91)	25.984,44	206.735,78	262.145,66
Atualização de Depósitos em Garantia	(12.908,81)	(35.948,38)	(69.067,85)	(121.274,80)
(Ganho)/Perdas por Baixas de Imobilizado	3.668,87	4.955,16	166.902,10	166.902,10
Depreciações e Amortizações	465.390,69	927.125,65	412.185,39	800.230,16
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações	**6.460.882,58**	**11.772.922,64**	**6.431.025,56**	**12.091.775,49**
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Relações Interfinanceiras	63.293,42	-	27.172,16	-
Operações de Crédito	(54.017.471,04)	(76.950.151,95)	(21.881.332,79)	(27.365.213,84)
Outros Créditos	186.328,68	243.944,62	332.592,28	266.759,18
Outros Valores e Bens	(1.590.928,88)	(4.508.384,02)	(6.569,92)	168.376,45
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos à Vista	39.720.196,08	78.928.098,19	6.982.485,14	10.451.059,58
Depósitos sob Aviso	(62.896,72)	(56.472,87)	9.162,42	(15.600,05)

Depósitos à Prazo	19.324.148,71	51.641.904,53	(11.820.326,79)	(8.024.922,05)
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	(1.622.286,62)	(373.022,54)	6.153.423,14	8.475.907,92
Resultado de Exercícios Futuros	(5.034,24)	(10.013,76)	15.294,10	15.294,10
Relações Interdependências	1.407.699,19	(1.093.112,58)	2.400.193,29	2.242.167,86
Relações Interfinanceiras	(9.054.252,84)	(12.117.986,28)	(780.158,43)	130.689,54
Outras Obrigações	1.966.904,70	3.466.581,06	361.785,16	1.032.315,05
FATES Sobras Exercício	(666.198,19)	(666.198,19)	(189.012,62)	(189.012,62)
Imposto de Renda	(330.538,35)	(595.451,44)	(357.174,91)	(625.387,57)
Contribuição Social	(208.500,71)	(378.171,42)	(205.171,50)	(388.824,35)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais	**1.571.345,77**	**49.304.485,99**	**(12.526.613,71)**	**(1.734.615,31)**
Atividades de Investimentos				
Recebimento Dividendos	-	19.518,90	-	39.762,42
Distribuição Sobras da Central	-	341.120,30	-	286.290,62
Alienação de Imobilizações de Uso	422,39	2.171,49	-	-
Aquisição de Intangível	-	-	(3.597,84)	(7.195,68)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(181.820,72)	(1.021.936,63)	(698.125,52)	(1.237.540,94)
Aquisição de investimentos	(243.828,84)	(377.113,14)	(298.035,61)	(517.774,67)
Outros Ajustes	-	-	-	0,48
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	**(425.227,17)**	**(1.036.239,08)**	**(999.758,97)**	**(1.436.457,77)**
Atividades de Financiamentos				
Aumento por Novos Aportes de Capital	347.817,34	763.729,81	557.146,64	1.131.769,21
Devolução de Capital à Cooperados	(1.315.125,30)	(2.457.746,99)	(860.454,60)	(2.284.471,36)
Estorno de Capital	(4.150,00)	(4.191,00)	(50,00)	(50,00)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	-	-	(795.780,42)
Juros ao Capital Líquido de IRRF	894.186,62	894.186,62	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	**(77.271,34)**	**(804.021,56)**	**(303.357,96)**	**(1.948.532,57)**
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.068.847,26**	**47.464.225,35**	**(13.829.730,64)**	**(5.119.605,65)**
Modificações em Disponibilidades Líquidas				
Caixa e Equivalentes de Caixa no Ínicio do Período	183.088.418,82	136.693.040,73	150.522.771,37	141.812.646,38
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	184.157.266,08	184.157.266,08	136.693.040,73	136.693.040,73
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.068.847,26**	**47.464.225,35**	**(13.829.730,64)**	**(5.119.605,65)**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS, EXCETO QUANDO ESPECIFICADO)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DO VALE DO RIO DOCE LTDA. - SICOOB CREDIRIODOCE é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 24/10/1988, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei n° 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei n° 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar n° 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN n° 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDIRIODOCE, com sede na Rua Belo Horizonte, 761, Centro, Governador Valadares(MG), além de sua sede possui 21 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: SÃO FÉLIX DE MINAS - MG, FREI INOCÊNCIO - MG, ITABIRINHA - MG, JAMPRUCA - MG, PESCADOR - MG, MARILAC - MG, MANTENA - MG, FERNANDES TOURINHO - MG, SANTA EFIGÊNIA DE MINAS - MG, DIVINOLÂNDIA DE MINAS - MG, SARDOÁ - MG, DIVINO DAS LARANJEIRAS - MG, CAPITÃO ANDRADE - MG, VIRGINÓPOLIS - MG, SÃO JOÃO DO MANTENINHA - MG, GONZAGA - MG, IPATINGA - MG, GUANHÃES – MG e outras duas agências em GOVERNADOR VALADARES - MG, localizadas nos bairros Jardim Pérola e São Paulo (Avenida JK).

O SICOOB CREDIRIODOCE tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) Oferecer formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo n° 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pelo Conselho em 26/01/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a resolução 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução n°2, de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

A Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020, entra em vigor em 1° de janeiro de 2022 e estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 "Novo Coronavírus"

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

O SICOOB CREDIRIODOCE, em conjunto com seus associados e colaboradores, vem seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde para evitar a propagação do Novo Coronavírus, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão:

O Sicoob Crediriodoce, desde o início da pandemia, em março de 2020, tem adotado todas as medidas cabíveis para se evitar a propagação do vírus em suas dependências. Para tanto, possui um Plano de Continuidade Operacional – Pandemia Coronavírus (COVID-19).

O Plano de Contingência Operacional (PCO) de Pandemia Coronavirus (COVID-19) descreve, detalhadamente, os procedimentos a serem seguidos pelo Sicoob Crediriodoce, além de fornecer informações adicionais para a manutenção de um ambiente institucional seguro e medidas emergenciais no contexto da identificação de casos suspeitos e/ou confirmados do Coronavirus (COVID-19), bem como envidar mecanismos de manutenção das atividades operacionais, assegurando a continuidade dos negócios da entidade.

Em março de 2020 o SICOOB CREDIRIODOCE criou o Comitê de Gestão de Crises, o qual realiza o monitoramento da situação da doença, atualizando as informações sobre os possíveis cenários futuros e estabelecendo ações internas além de orientações relacionadas ao COVID-19 para aplicação sistêmica. Este Comitê permanece atuando fortemente, alocando seus esforços até que os riscos sejam avaliados como aceitáveis ou mitigados.

A seguir, detalhamos algumas das ações realizadas pela cooperativa:

- Realizar monitoramento diário das condições de saúde e dos sintomas relacionados com o COVID – 19 de todos os colaboradores e terceirizados, através do autodiagnóstico preenchido diariamente;
- Aferição diária da temperatura corporal por meio do "Termômetro Clínico Digital sem Contato" de todos que adentrem as dependências da instituição, bem como registro de casos que chamem atenção
- Direcionar os empregados enquadrados ou que residem com pessoas que se enquadram nas condições e fatores de risco para trabalho em regime de home office ou para compensação de horas;
- Disponibilizar álcool em gel 70% nas dependências da Instituição, para higienização ao público interno (profissionais da instituição) e externo (associados), orientando a realizar higienização a cada 2 horas ou a qualquer momento;
- Sistematizar a limpeza local (piso, balcão e outras superfícies) com desinfetantes a base de cloro a 1% para piso e álcool a 70% para as demais superfícies, no mínimo, duas vezes ao dia;
- Em caso de atendimento, orientar aos associados que ao adentrar nos postos de atendimento, respeite a distância mínima de 2 (dois) metros, além das etiquetas adequadas e uso do álcool em gel 70%;
- Adiamento dos cursos/treinamentos e eventos presenciais a serem realizados na Cooperativa;
- Acompanhamento de colaboradores com sintomas gripais ou relacionados ao Coronavirus;
- Monitoramento dos Decretos Municipais, Estaduais e Federais;
- Aumentar a frequência dos procedimentos de limpeza e desinfecção de pontos de grande contato: (maçanetas, corrimãos, mesas, cadeiras, teclados, mouse, computadores, impressora, botões de elevadores, telefones, relógio de ponto, mesas, cadeiras e todas as superfícies metálicas, etc), bem como monitoramento as ações adotadas, mantendo um plano de Higienização e seus respectivos registros diários;
- Intensificar as rotinas de higienização dos sanitários e vestiários, demandando dos profissionais terceirizados a utilização dos equipamentos de proteção apropriados, reforçando o correto uso dos mesmos;
- Evitar aglomerações de pessoas nas dependências da Instituição;
- Demarcar os locais e espaços para filas de espera com no mínimo um metro de distância entre as pessoas;
- Monitorar eventos e rumores na imprensa e redes sociais;
- Afixar cartazes informativos com orientações sistêmicas nas agências;
- Monitorar o estado de saúde da pessoa (empregado, terceiros, visitantes, fornecedores) com sintomas relacionados ao Coronavírus;
- Em caso de sintomas leves de gripe, febre ou tosse: determinar home office, e recomendar contato com a telemedicina;
- Em caso de sintomas agudos do COVID, tais como: gripe, febre, tosse ou dificuldade de respirar, evitar contato físico com outras pessoas no ambiente corporativo. Encaminhar para jornada home office. Solicitar exame imediato e também no 13° dia (24h para o resultado). O retorno se dará a partir do 14° dia.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN n° 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 365 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

w) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades - Caixa e depósitos bancários	2.707.350,18	2.823.857,06
Centralização Financeira - Cooperativas (a)	181.449.915,90	133.869.183,67
Total	**184.157.266,08**	**136.693.040,73**

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R$ 4.254.963,46 e R$ 8.315.955,48.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	90.724,03	-	90.724,03	100.472,57
Cheque Especial / Conta Garantida	2.893.998,52	-	2.893.998,52	4.428.201,30
Empréstimos	34.735.663,30	56.293.244,22	91.028.907,52	81.073.857,01
Financiamentos	19.875.255,45	55.621.181,86	75.496.437,31	34.331.191,27
Títulos Descontados	14.347.139,34	160.057,65	14.507.196,99	9.361.875,63
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	25.578.153,43	22.862.114,01	48.440.267,44	39.228.489,57
(-) Provisão para Perda com Op. de Crédito	(4.073.965,55)	(3.943.249,26)	(8.017.214,81)	(16.719.247,03)
Total	**93.446.968,52**	**130.993.348,48**	**224.440.317,00**	**151.804.840,32**

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	20.968.978,01	-	9.919.396,36	-
A	0,5%	Normal	90.257.570,16	(451.287,94)	65.933.094,60	(329.665,50)
B	1%	Normal	73.901.982,76	(739.019,98)	41.084.681,38	(410.846,85)
B	1%	Vencidas	45.213,89	(452,14)	148.334,78	(1.483,35)
C	3%	Normal	28.602.269,83	(858.068,27)	18.040.230,41	(541.206,96)
C	3%	Vencidas	241.550,27	(7.246,52)	2.463.354,23	(73.900,63)
D	10%	Normal	10.469.330,98	(1.046.933,31)	10.621.204,54	(1.062.120,55)
D	10%	Vencidas	206.972,30	(20.697,23)	335.001,83	(33.500,19)
E	30%	Normal	1.545.800,77	(463.740,32)	5.900.142,91	(1.770.043,04)
E	30%	Vencidas	583.477,05	(175.043,15)	541.870,28	(162.561,10)
F	50%	Normal	2.033.108,31	(1.016.554,36)	1.833.078,99	(916.539,58)
F	50%	Vencidas	378.301,09	(189.150,58)	321.403,68	(160.701,85)
G	70%	Normal	506.562,99	(354.594,16)	247.357,96	(173.150,59)
G	70%	Vencidas	73.288,52	(51.301,97)	171.361,91	(119.953,35)
H	100%	Normal	1.029.783,11	(1.029.783,11)	4.296.224,93	(4.296.224,93)
H	100%	Vencidas	1.613.341,77	(1.613.341,77)	6.667.348,56	(6.667.348,56)
Total Normal			229.315.386,92	(5.959.981,45)	157.875.412,08	(9.499.798,00)
Total Vencido			3.142.144,89	(2.057.233,36)	10.648.675,27	(7.219.449,03)
Total Geral			232.457.531,81	(8.017.214,81)	168.524.087,35	(16.719.247,03)
Provisões			(8.017.214,81)	-	(16.719.247,03)	-
Total Líquido			224.440.317,00	-	151.804.840,32	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Descrição	Sem Vencimento	Até 90	De 91 a 365	Acima de 365	Total
Empréstimos	-	9.008.817,78	25.726.845,52	56.293.244,22	91.028.907,52
Títulos Descontados	-	12.341.282,71	2.005.856,63	160.057,65	14.507.196,99
Financiamentos	-	4.575.605,47	15.299.649,98	55.621.181,86	75.496.437,31
Financiamentos Rurais	-	4.251.906,13	21.326.247,30	22.862.114,01	48.440.267,44
Adiantamento a Depositantes	90.724,03	-	-	-	90.724,03
Cheque Especial / Conta Garantida	2.893.998,52	-	-	-	2.893.998,52
Total	**2.984.722,55**	**30.177.612,09**	**64.358.599,43**	**134.936.597,74**	**232.457.531,81**

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/ TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	49.196.171,51	21.658.403,14	-	70.854.574,65	30%
Setor Privado - Indústria	5.180.447,57	868.102,77	-	6.048.550,34	3%
Setor Privado - Serviços	26.462.449,34	14.946.106,51	-	41.408.555,85	18%
Pessoa Física	26.640.625,37	37.276.066,49	48.440.267,44	112.356.959,30	48%
Outros	1.041.133,27	747.758,40	-	1.788.891,67	1%
TOTAL	**108.520.827,06**	**75.496.437,31**	**48.440.267,44**	**232.457.531,81**	**100%**

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	16.719.247,03	10.782.072,95
Constituições/Reversões no período	4.349.599,04	9.104.436,55
Transferência para Prejuízo no período	(13.051.631,26)	(3.167.262,47)
Total	**8.017.214,81**	**16.719.247,03**

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	4.090.982,04	1,76%	6.109.372,51	3,63%
10 Maiores Devedores	28.645.143,38	12,32%	34.235.995,58	20,32%
50 Maiores Devedores	64.027.502,68	27,54%	60.829.168,51	36,10%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	14.635.148,94	12.458.468,66
Valor das operações transferidas no período	13.051.631,26	3.167.262,47
Valor das operações recuperadas no período	(1.040.092,92)	(694.189,10)
Descontos concedidos nas operações recuperadas	(131.428,05)	(296.393,09)
Total	**26.515.259,23**	**14.635.148,94**

h) Receitas de Operações de Crédito:

Descrição	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos a depositantes	114.038,95	221.802,95	120.968,49	253.876,14
Rendas de Empréstimos	7.749.632,13	16.114.374,84	9.190.484,14	18.451.113,34
Rendas de Títulos Descontados	982.474,98	1.829.429,58	1.024.038,98	1.812.671,51
Rendas de Financiamentos	3.391.806,82	5.986.927,14	1.886.913,93	2.928.081,15
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Livres	680.791,39	966.666,80	158.651,71	320.873,76
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Direcionados à Vista	714.062,18	1.495.525,07	567.693,09	1.211.283,05
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Direcionados da Poup. Rural	154.454,45	379.434,71	478.892,75	1.029.568,80
Rendas de Financ. Rurais - Recursos de Fontes Públicas	-	-	9.331,67	18.263,46
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	570.628,15	1.064.032,47	444.171,85	831.512,85
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	117,56	9.772,46	3.065,66	42.150,39
Total	**14.358.006,61**	**28.067.966,02**	**13.884.212,27**	**26.899.394,45**

6. OUTROS CRÉDITOS

Referem-se às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

CIRCULANTE

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Créditos por Avais e Fianças Honrados	**449.685,06**	**582.771,83**
Rendas a Receber	**340.798,26**	**556.020,52**
Rendas da Centralização Financeira - Cooperativa Central	286.802,06	507.250,93
Outras Rendas a Receber	53.996,20	48.769,59
Diversos	**741.032,41**	**719.925,91**
Adiantamentos	79.418,22	50.726,48
Títulos e Créditos a Receber (a)	322.036,09	339.754,13
Devedores Diversos (b)	339.578,10	329.445,30
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	25.934,79	25.769,93
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquid. Duvidosa (d)	(383.075,71)	(417.999,48)
Total Circulante	**1.174.374,81**	**1.466.488,71**

NÃO CIRCULANTE

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Devedores por Depósitos em Garantia (c)	2.880.057,59	2.795.939,93
Total Não Circulante	**2.880.057,59**	**2.795.939,93**

(a) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados Valores a Receber - Tarifas (R$ 322.036,09);

(b) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Plano de Saude a Receber (R$ 289.234,36) e outros (R$ 50.343,74);

(c) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: Cofins - Depósito Judicial (R$1.492.303,53), Pis Folha - Depósito Judicial (R$1.023.361,19),Pis Faturamento Depósito Judicial (R$22.685,23) para Interposição de Recursos Trabalhistas (R$319.232,44) e outros (R$ 22.475,20);

(d) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN n° 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco		Avais e Fianças Honrados	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E	30%	79.474,42	(23.842,34)	187.710,82	(56.313,26)
F	50%	12.190,80	(6.095,41)	45.803,29	(22.901,70)
G	70%	16.272,95	(11.391,07)	34.910,65	(24.437,45)
H	100%	341.746,89	(341.746,89)	314.347,07	(314.347,07)
Total Geral		**449.685,06**	**(383.075,71)**	**582.771,83**	**(417.999,48)**
Provisões		(383.075,71)		(417.999,48)	
Total Líquido		**66.609,35**		**164.772,35**	

7. OUTROS VALORES E BENS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Bens Não de Uso Próprio	9.210.706,14	4.637.731,87
Material em Estoque	18.405,06	17.733,33
(Provisões para Desvalorizações)	(193.529,32)	(184.648,07)
Despesas Antecipadas	278.877,01	276.376,49
Total	**9.314.458,89**	**4.747.193,62**

Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor de R$ 9.210.706,14, referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, no montante de R$278.877,01, referentes a Prêmios de Seguros (R$26.879,19), Processamento de Dados (R$30.729,55), Vale Refeição e Alimentação (R$178.589,73) e outros (R$42.678,54).

8. INVESTIMENTOS

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e ações do BANCOOB, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.	9.164.988,52	8.787.875,38
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	136.893,49	136.893,49
Outros Investimentos	8.741,00	8.741,00
Total	**9.310.623,01**	**8.933.509,87**

9. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação a.a	31/12/2020	31/12/2019
Terrenos	-	1.464.336,80	273.736,96
Edificações	4%	1.600.736,43	1.600.736,43
Imobilizações em Curso (a)	-	354.119,61	1.392.749,56
Instalações	10%	2.609.694,18	2.397.064,61
Móveis e Equipamentos	10%	2.264.468,02	2.163.223,52
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	3.322.947,34	2.893.086,12
Equipamentos de Comunicação e de Segurança	10%	893.386,45	845.350,47
Veículos	20%	261.068,09	261.068,09
Total		**12.770.756,92**	**11.827.015,76**
(-) Depreciações Acumuladas do Imobilizado		(6.843.615,00)	(5.987.558,17)
Total		**5.927.141,92**	**5.839.457,59**

a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas

10. DEPÓSITOS

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos à Vista	150.898.006,89	71.969.908,70
Depósitos à Prazo	176.705.162,10	125.063.257,57
Depósitos Sob Aviso	756.373,12	812.845,99
Total	**328.359.542,11**	**197.846.012,26**

Os depósitos, até o limite de R$250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN n° 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN n° 4.150/12.

Além das garantias prestadas pelo FGCoop, o SICOOB SISTEMA CREDIMINAS possui seu próprio Fundo Garantidor de Depósitos do Sicoob Sistema Crediminas – FGD, que tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio.

Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	18.153.865,12	5,31%	6.696.035,95	3,15%
10 Maiores Depositantes	39.062.210,10	11,43%	24.844.720,29	11,69%
50 Maiores Depositantes	77.869.425,38	22,77%	55.226.880,45	25,98%

Despesas com Operações de Captação de Mercado:

Descrição	2° Sem. 2020	31/12/2020	2° Sem. 2019	31/12/2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(7.736,70)	(21.822,38)	(22.155,22)	(46.018,14)
Despesas de Depósitos à Prazo	(1.614.318,78)	(3.805.164,40)	(3.591.716,12)	(7.572.517,07)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(112.851,08)	(321.523,09)	(216.678,49)	(350.505,06)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor	(232.441,84)	(402.184,86)	(159.272,73)	(311.117,01)
Total	**(1.967.348,40)**	**(4.550.694,73)**	**(3.989.822,56)**	**(8.280.157,28)**

11. RECURSOS DE ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei n° 11.076/04).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

CIRCULANTE

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	2.763.585,19	2.273.970,14
Total circulante	**2.763.585,19**	**2.273.970,14**

NÃO CIRCULANTE

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	10.467.886,71	11.330.524,30
Total Não circulante	**10.467.886,71**	**11.330.524,30**

12. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

CIRCULANTE

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
BANCOOB - Relações Inter-financeiras	De 2,00% até 8,00% a.a.	Até 08/2030	20.133.623,50	14.968.608,88

NÃO CIRCULANTE

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
BANCOOB - Relações Interfinanceiras	De 2,00% até 8,00% a.a.	Até 08/2030	3.574.534,79	20.857.720,82
Total Circulante e Não circulante			23.708.158,29	35.826.329,70

Despesas das relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	2° Sem. 2020	31/12/2020	2° Sem. 2019	31/12/2019
BANCOOB	(844.985,41)	(1.867.561,71)	(1.070.571,58)	(2.282.506,43)
Sicoob Central Crediminas	-	-	(6.479,79)	(14.619,36)
Total	**(844.985,41)**	**(1.867.561,71)**	**(1.077.051,37)**	**(2.297.125,79)**

13. RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ordens de Pagamento	1.856.000,00	2.872.553,00
Concessionários de Serviços Públicos	80.251,71	139.680,97
Outros Recebimentos em Trânsito de Terceiros	3.403,34	22.055,99
Cobrança de Terceiros em Trânsito	5.138,79	3.616,46
Total	**1.944.793,84**	**3.037.906,42**

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

CIRCULANTE

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	46.020,59	110.518,36
Sociais e Estatutárias	4.597.318,59	2.621.408,56
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	886.760,29	770.487,86
Diversas	4.461.016,84	3.679.137,57
Total Circulante	**9.991.116,31**	**7.181.552,35**

NÃO CIRCULANTE

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Diversas	52.722,07	59.346,81
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	2.732.365,80	2.722.693,28
Total Não circulante	**2.785.087,87**	**2.782.040,09**

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educ. e Social (a)	774.626,81	333.404,74
Cotas de Capital a pagar (b)	3.177.415,91	2.288.003,82
Participações nas Sobras dos Empregados (c)	557.832,97	-
Gratificações e Participações a pagar	87.442,90	-
Total	**4.597.318,59**	**2.621.408,56**

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.

(c) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento previsto para ser efetivado em 2021.

14.2 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar (a)	292.610,12	227.700,42
Impostos e Contribuições a Recolher (b)	594.150,17	542.787,44
Total	**886.760,29**	**770.487,86**

(a) Refere-se a provisões IRPJ e CSLL, do 4° trimestre de 2020 sobre atos não cooperativos;

(b) Refere-se a tributos sobre folha de pagamento (FGTS, IRRF, INSS), retidos de terceiros (IRRF, INSS e ISSQN).

14.3 Diversas

CIRCULANTE

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de Pessoal	1.460.198,93	1.371.519,35
Outras Despesas Administrativas (a)	949.565,00	686.768,07
Cheques Descontados (b)	47.568,85	218.266,66
Provisões para Garantias Prestadas - (c)	427.005,09	288.002,80
Convênios de Folha de Pagamento de Terceiros	1.003.747,12	889.128,91
Rateio de Despesas da Cooperativa Central	101.454,62	102.910,42
Credores Diversos – País (d)	471.477,23	122.541,36
Total	**4.461.016,84**	**3.679.137,57**

NÃO CIRCULANTE

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisões para Garantias Prestadas	52.722,07	59.346,81
Total Não circulante	**52.722,07**	**59.346,81**

(a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com Aluguéis (R$23.072,07), Plano de Saúde (R$302.547,70), Seguro Prestamista (R$425.005,40) e outros (R$198.939,83);

(b) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2020;

(c) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco/Situação		Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA		838.126,44	-	164.599,32	-
A	0,5%	14.792.522,29	(73.964,29)	11.657.965,80	(58.291,40)
B	1%	4.791.281,19	(47.912,78)	3.749.474,78	(37.494,63)
C	3%	2.461.958,70	(73.858,87)	2.091.051,79	(62.731,68)
D	10%	940.835,76	(94.083,70)	584.013,29	(58.401,41)
E	30%	81.707,05	(24.512,17)	89.629,86	(26.888,99)
F	50%	230.016,21	(115.008,23)	44.556,30	(22.278,24)
G	70%	4.525,57	(3.167,90)	6.593,91	(4.615,73)
H	100%	47.219,22	(47.219,22)	76.647,53	(76.647,53)
Total		**24.188.192,43**	**(479.727,16)**	**18.464.532,58**	**(347.349,61)**

(d) Referem-se a Pendências a Regularizar Bancoob (R$350.100,37), Valores a Liquidar - Parcelas Crédito Consignado (R$57.655,95) e outros (R$63.720,91);

14.4 Trabalhistas, Fiscais e Cíveis

Provisões constituídas considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

NÃO CIRCULANTE

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisões Trabalhistas	11.034,67	110.827,86
Provisões Fiscais (a)	2.678.855,93	2.582.320,06
Outras Provisões	42.475,20	29.545,36
Total Não Circulante	**2.732.365,80**	**2.722.693,28**

(d) Refere-se a provisão para: Cofins (R$1.492.303,53), Pis Folha (R$1.032.657,72) e outros (R$153.894,68).

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB CREDIRIODOCE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e à prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	33.361.948,24	34.165.969,80
Associados	20.580	19.202

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 70%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 07 de março de 2020, os cooperados deliberaram pela destinação do montante de R$ 378.025,24 para o fundo de reservas.

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício	6.661.981,85	1.890.126,19
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	6.661.981,85	1.890.126,19
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 70%	(4.663.387,30)	(1.323.088,33)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(666.198,19)	(189.012,62)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	**1.332.396,36**	**378.025,24**

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos, quando positivos, são destinados ao FATES.

17. RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado Bruto de Atos Não Cooperativos	2.622.976,35	1.312.705,07
Resultado Não Operacional	(206.906,03)	18.351,18
Lucro Líquido	**2.416.070,32**	**1.331.056,25**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(973.622,86)	(539.039,06)
Resultado Líquido de Atos Não Cooperativos e Não Operacionais	**1.442.447,46**	**792.017,19**
Dedução resolução 129 - Sicoob Confederação	(2.199.101,08)	(1.114.081,04)
Resultado Líquido de Atos Não Cooperativos e Não Operacionais	**(756.653,62)**	**(322.063,85)**

O resultado de atos não cooperativos, quando positivo, é direcionado para o FATES conforme artigo 87 da lei 5764/71.

18. PAGAMENTO DE JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa provisionou e pagou juros ao capital próprio, remunerando o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130/09. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

19. OUTRAS RECEITAS/INGRESSOS OPERACIONAIS

Descrição	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	99.834,59	275.693,67	108.753,91	242.496,38
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	188.409,56	405.120,39	236.024,06	479.336,01
Reversão de Provisão para Contingências	141.178,96	141.178,96	-	-
Reversão de Outras Provisões Operacionais	-	-	-	24.000,00
Dividendos Recebidos do Bancoob	-	19.518,90	-	39.762,42
Rendas de Cartões e Adquirência	1.309.786,91	2.993.487,50	1.790.598,79	3.576.436,35
Atualização de Depósitos Judiciais	12.908,81	35.948,38	69.067,85	121.274,80
Rendas de Repasses Interfinanceiros	8.042,60	17.390,00	20.270,36	37.899,48
Sobras Recebidas da Central	-	341.120,30	-	286.290,62
Juros ao Capital Recebidos da Central	243.828,84	243.828,84	298.035,61	298.035,61
Outras Receitas	84.944,12	85.420,56	1.334,20	12.518,57
Total	**2.088.934,39**	**4.558.707,50**	**2.524.084,78**	**5.118.050,24**

20. OUTRAS DESPESAS/DISPÊNDIOS OPERACIONAIS

Descrição	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
Descontos Concedidos	(75.356,43)	(114.342,50)	(54.449,68)	(191.937,19)
Despesa com Correspondentes Cooperativos	(67.103,02)	(144.228,70)	(73.029,45)	(101.428,24)
Despesa com Tarifas	(6.328,42)	(10.830,86)	(4.688,16)	(7.744,92)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(406.211,86)	(765.594,23)	(402.828,47)	(723.114,73)
Contrib. ao Fundo Garantidor de Depósitos	(2.575,39)	(5.174,83)	(2.368,10)	(4.454,09)
Contrib. ao Fundo de Tecnologia da Informação	-	-	(122.470,74)	(247.826,33)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	(8.724,06)	(9.883,94)	-	-
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(17.390,98)	(24.941,91)	-	-
Outras Contribuições Diversas	(92.042,25)	(170.985,92)	(55.511,52)	(125.940,43)
Perdas - Fraudes Externas	-	(73.605,68)	(117.910,17)	(122.356,10)
Perdas - Demandas Trabalhistas	-	-	-	(2.832,21)
Perdas - Práticas Inadequadas	(8.598,22)	(117.851,35)	(333.680,22)	(695.752,48)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	-	-	(21,13)	(371,13)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(399,44)	(517,61)	(1.423,67)	(2.058,83)
Outras Despesas Operacionais	(80.111,44)	(152.391,87)	(70.030,41)	(96.987,28)
Total	**(764.841,51)**	**(1.590.349,40)**	**(1.238.411,72)**	**(2.322.803,96)**

21. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Descrição	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
Lucros em Transações com Valores e Bens	**134.692,58**	**242.308,00**	**3.262,00**	**66.725,00**
Prejuízos em Transações com Valores e Bens	**(4.249,26)**	**(4.979,36)**	**-**	**-**
Outras Receitas	**27.409,52**	**41.847,63**	**70.587,34**	**134.321,96**
Ganhos de Capital	12.411,40	22.213,51	60.983,02	114.467,64
Rendas de Aluguel	-	-	920,32	920,32
Reversões de Provisões Não Operacionais	13.939,12	13.939,12	-	-
Outras Rendas Não Operacionais	1.059,00	5.695,00	8.684,00	18.934,00
Outras Despesas	**(139.501,66)**	**(486.082,30)**	**(33.808,75)**	**(120.497,19)**
Perdas de Capital	(23.626,62)	(25.903,93)	(14.321,58)	(37.452,25)
Despesas de Provisões Não Operacionais	-	(72.820,37)	(8.848,07)	(8.848,07)
Outras Despesas Não Operacionais	(115.875,04)	(387.358,00)	(10.639,10)	(74.196,87)
Total	**18.351,18**	**(206.906,03)**	**40.040,59**	**80.549,77**

22. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição, e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

No exercício de 2020 e 2019 não houve resultado não recorrente.

23. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2020**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	6.879.129,61	1,8337%	38.547,33
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.763.594,08	0,4701%	32.670,52
TOTAL	**8.642.723,69**	**2,3038%**	**71.217,85**
Montante das Operações Passivas	**93.697.697,61**	**32,8344%**	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2020**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	2.528,83	178,27	0,2034%
Conta Garantida	4.128,64	122,70	0,2371%
Direitos Creditórios Descontados	1.098.408,63	6.591,06	2,2676%
Empréstimos	2.439.900,45	69.560,26	2,6804%
Financiamentos	233.536,80	2.869,72	0,3093%
Financiamentos Rurais	1.553.572,62	12.166,85	10,7090%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação á Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	3.655.750,64	2,4329%	0%
Depósitos a Prazo	19.828.280,98	10,3980%	0,1707%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre

outras, à taxa/remuneração média aplicada para os associados foram as mesmas praticadas para as partes relacionadas. As taxas/remunerações praticadas estão à disposição dos associados nas dependências do SICOOB CREDIRIODOCE.

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Direitos Creditórios Descontados	0,6496%
Empréstimos	1,3418%
Financiamentos Rurais - repasses	1,0341%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	97,8109%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
Empréstimos e Financiamentos	0,5177%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	2,1618%
Crédito Rural (modalidades)	0,2784%
Aplicações Financeiras	32,8344%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	GARANTIAS PRESTADAS
Conta Corrente	13.607,44
Financiamento	557.915,49
Crédito Rural	991.576,45
Empréstimo	5.136.314,73
Títulos Descontados	420.753,79

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram R$311.772,16 em 31/12/2020 e R$165.099,62 em 31/12/2019:

No exercício de 2020, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por benefícios monetários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios monetários e encargos	
Descrição	**31/12/2020**
Honorários	826.502,40
Conselho de Administração	372.664,46
Conselho Fiscal	157.136,04
Conselho de Administração - Cédula de Presença	22.915,62
Gratificações da Administração	127.054,15
FGTS Diretoria	80.970,22
INSS Diretoria/Conselhos	283.765,83
Plano de Saúde	12.907,60
Total	**1.883.916,32**

No decorrer do exercício não houve aquisições por partes relacionadas, de bens recebidos pela Singular em dação em pagamento, bem como da venda de bens patrimoniais da Cooperativa.

24. COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA.

O SICOOB CREDIRIODOCE em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIRIODOCE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante – Caixa e Equivalente de Caixa - Centralização Financeira (nota 4)	181.449.915,90	133.869.183,67
Ativo Permanente - Investimentos (nota 8)	9.164.988,52	8.787.875,38

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 30 de junho de 2020, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 26 de agosto de 2020, com opinião sem modificação.

25. GERENCIAMENTO DE RISCO

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovadas pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017 encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

25.1 Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;

b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;

c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;

d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;

e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;

f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

25.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

25.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.
Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

25.5 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

26. COOBRIGAÇÕES E RISCOS EM GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R$ 24.188.192,43 (31/12/2019 - R$ 18.464.532,58), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

27. SEGUROS CONTRATADOS

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.

28. ÍNDICE DE BASILÉIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades. Em 31/12/2020, o Patrimônio de Referência (PR) do SICOOB CREDIRIODOCE estava em conformidade.

29. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

	31/12/2020		31/12/2019	
Descrição	**Provisão para Contingências**	**Depósitos Judiciais**	**Provisão para Contingências**	**Depósitos Judiciais**
PIS	22.685,23	22.685,23	22.473,96	22.473,96
PIS FOLHA	1.032.657,72	1.023.361,19	935.468,39	926.708,37
COFINS	1.492.303,53	1.492.303,53	1.477.341,68	1.477.341,68
Trabalhistas	11.034,67	319.232,44	110.827,86	319.025,63
Outras contingências	173.684,65	22.475,20	176.581,39	50.390,29
Total	**2.732.365,80**	**2.880.057,59**	**2.722.693,28**	**2.795.939,93**

PIS e COFINS - quando do advento da Lei n° 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

a) Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIRIODOCE, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R$ 4.941.243,23. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores, na modalidade **Multi Instituído**. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2020 totalizaram R$ 80.145,29.

Governador Valadares (MG), 26 de janeiro de 2021.

COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DO VALE DO RIO DOCE LTDA. - SICOOB CREDIRIODOCE

Cantídio Carlos França Ferreira
Presidente do Conselho de Administração

Décio Chaves Rodrigues
Vice Presidente do Conselho de Administração

Emília Maria França de Lima Machado
Conselheira de Administração

Fernando Luiz Monteiro
Conselheiro de Administração

Fernando Luiz Pardini Alhais
Conselheiro de Administração

Geraldo Antônio Birro Costa
Conselheiro de Administração

Marcelo Caldeira Teixeira
Conselheiro de Administração

Paulo Roberto Fontes
Conselheiro de Administração

Euler Fernandes Júnior
Diretor Administrativo-Operacional

Kelen Mendes Vória
Diretora de Gestão de Riscos

Silas Dias Costa Júnior
Diretor de Negócios

Kênia Geralda Santos Ferreira
Contadora CRC MG 084.721

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Poupança e Crédito do Vale do Rio Doce Ltda. - Sicoob Crediriodoce
Governador Valadares / MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Poupança e Crédito do Vale do Rio Doce Ltda – Sicoob Crediriodoce**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Poupança e Crédito do Vale do Rio Doce Ltda – Sicoob Crediriodoce**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 26 de janeiro de 2021.

CNAC
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa

Luciano Gomes dos Santos
CRC RS 59.628
CNAI 3087

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados(a) da
Cooperativa de Poupança e Crédito do Vale do Rio Doce Ltda. - Sicoob Crediriodoce
Governador Valadares - Minas Gerais

Prezados(a),

Nós, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Poupança e Crédito do Vale do Rio Doce Ltda – SICOOB CREDIRIODOCE, devidamente inscrita no CNPJ 25.606.237/0001-41, no estrito cumprimento das atribuições legais conferidas pelas normas vigentes, após análise criteriosa das contas apresentadas pelo Conselho de Administração, em especial, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações das Sobras e Perdas, as Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Fluxo de Caixa, Demonstrações de Resultado Abrangente, o Relatório contendo as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, devidamente assinados pelos Diretores Executivos, Kelen Mendes Vória e Silas Dias Costa Junior, bem como pela Contadora Kenia Geralda Santos Ferreira, CRCMG 084.721, datado de 26/01/2021 e do Relatório da Administração elaborado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva e ainda, alicerçados pelo conteúdo do RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS apresentado pela auditoria externa realizada pela empresa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, datado de 26 de janeiro de 2021, assinado pelo Contador Luciano Gomes dos Santos, CRCRS 59.628, CNAI 3087, a qual proferiu opinião técnica afirmando que as demonstrações contábeis apresentam fidedignamente a posição financeira e patrimonial, estando suas práticas contábeis de acordo com as aplicadas no Brasil e Instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil – (BACEN), emitimos o presente PARECER pugnando pela aprovação in totum das contas apresentadas compreendidas no Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis citadas, haja vista a exatidão das mesmas em todos os seus aspectos relevantes. Registrado na ata 364ª. do Conselho Fiscal.

Governador Valadares - MG, 03 de fevereiro de 2021.

Gilmar de Oliveira
Coordenador do Conselho Fiscal

Ely Flavio da Silva
Conselheiro Fiscal

Vulmar Sayão de Brito
Conselheiro Fiscal